

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A RECEITA LÍQUIDA E OS INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS DA PETROBRAS¹

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN NET INCOME AND SOCIAL AND ENVIRONMENTAL INVESTMENTS OF PETROBRAS

Antonia Silva* E-mail: silvantonia@hotmail.com

Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de Lima* E-mail: juocerlee@hotmail.com

Augusto César de Aquino Cabral* E-mail: cabral@ufc.br

Sandra Maria dos Santos* E-mail: smsantos@ufc.br

Maria Naiula Monteiro Pessoa* E-mail: naiula@ufc.br

*Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE

Resumo: Este estudo insere-se no campo da Responsabilidade Social Empresarial – RSE. Procurou-se analisar o desempenho socioambiental da Petrobras, através do coeficiente de correlação entre o faturamento líquido e os investimentos em ações sociais e ambientais. Os dados foram coletados através dos balanços sociais da empresa no modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, entre o período de 1998 e 2009. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental e descritiva, com uma abordagem quantitativa. Os resultados indicaram que existe uma correlação muito forte entre a receita líquida e os investimentos socioambientais, o que significa que a empresa possui um alto desempenho socioambiental, estando este fortemente relacionado com o desempenho financeiro. Porém, a associação mais forte encontrada em relação à receita líquida, foi quanto aos indicadores sociais internos e externos, com o coeficiente de correlação r igual a 0,982 e 0,977, respectivamente, enquanto o coeficiente de correlação encontrado na relação com indicador ambiental resultou em r igual a 0,722. Considerando-se por partes, o desempenho social da empresa é maior que o seu desempenho ambiental.

Palavras-chave: Petrobras. Balanço Social. Desempenho Socioambiental. Responsabilidade Social Empresarial. Receita Líquida.

Abstract: This research was developed within the field of the Corporate Social Responsibility – CSR. The aim was to examine the social and environmental performance of Petrobras, though the correlation coefficient between net income and social and environmental investments. The data were collected through the company's social balance sheets in the model proposed by the Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-IBASE, between 1998 and 2009. The results indicated that there is a strong correlation between net income and their social and environmental investments, which means that the company has a high social and environmental performance, the latter being strongly related to financial performance. However, the strongest association found in relation to net revenues was related to internal and external social indicators, with the correlation coefficient r equal to 0.982 and 0.977, respectively, while the correlation coefficient in relation to environmental indicator resulted in r equal to 0.722.

Keywords: Petrobras. Social Balance Sheets. Social and Environmental Performance. Corporate Social Responsibility. Net income.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, os homens tinham a natureza como uma fonte de recursos para suprir as suas necessidades básicas de subsistência. Porém, com a evolução da espécie humana, o homem passou a explorar a natureza, além das suas necessidades básicas, para fins organizacionais. Com o surgimento do capitalismo em finais do século XIX, impulsionado pelas tecnologias da revolução industrial no século XVIII, bem como as grandes guerras mundiais, as corporações se preocupavam, apenas, com o crescimento econômico e maximização dos lucros, explorando recursos naturais, bem como a mão-de-obra, sem se preocupar com as consequências diretas ou indiretas que essas devastações sem controle poderiam vir a causar ao ambiente natural e à sociedade. A partir da primeira metade do século XX, foi possível constatar provas do eventual dano em grande escala que as novas tecnologias poderiam causar ao meio ambiente, por conta de inúmeros desastres ambientais causados pela devastação da natureza, desastres como, Seveso, Bhopal, Chernobyl e Basel (NASCIMENTO, 2008).

Nesse cenário, a sociedade contemporânea tem manifestado crescente inquietação sobre a qualidade atual do ambiente natural. Egri e Pinfield (1998) defendem que esta inquietação tomou muitas formas, levando, inclusive, ao estabelecimento de foros globais sobre as questões ambientais, tais como *World Commission on Environment and Development*, em 1987, e *United Nations Conference on the Environment and Development*, em 1992. Essas inquietações também podem ser vistas em relação aos estilos de vida atual e futuro, à qualidade de vida, à prosperidade econômica e, de forma mais geral, ao futuro do *Homo sapiens* no planeta terra.

Como resposta às crescentes pressões, diversas empresas passaram a agir em *prol* das questões sociais e ambientais, bem como a divulgar relatórios ou balanços sociais anuais, alguns, muitas vezes, contendo descrições puramente meritórias sobre as ações realizadas para a comunidade, meio ambiente e em relação aos funcionários (TORRES; MANSUR, 2008).

As empresas que agem em *prol* das questões ambientais e sociais, no modelo de gestão baseado em desenvolvimento sustentável, são consideradas

socialmente responsáveis. Para Borges (2007), os modelos devem contribuir para gerar renda e riqueza, que são os objetivos básicos das empresas, minimizando seus impactos ambientais adversos, maximizando os benefícios, tornando a sociedade justa.

O Balanço Social, como instrumento de gestão e de comunicação, visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações financeiras, econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários (TINOCO; KRAEMER, 2004). Assim, a fonte de dados para análise do presente estudo é o conjunto de balanços sociais do modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, publicados pela Petrobras. Nesses termos, tem-se como questão de pesquisa a seguinte formulação: Qual a relação entre a receita líquida e as ações socioambientais da Petrobras?

Tendo em vista o cenário delineado e os pontos aqui ressaltados, tem-se como objetivo geral analisar o desempenho socioambiental da Petrobras. Para consecução desse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) Analisar a correlação entre receita líquida e indicadores sociais internos; 2) Analisar a correlação entre receita líquida e indicadores sociais externos; e 3) Analisar a correlação entre receita líquida e indicadores ambientais.

O estudo se justifica na medida em que a preocupação em relação à organização e o meio ambiente tem crescido na sociedade em geral e na academia. Estudos como o de Egri e Pinfield (1998) e o de Dutra (2005) indicaram a ínfima ligação entre as teorias que regem as organizações e a questão ambiental. Porém, outros estudos têm buscado analisar o desempenho socioambiental das empresas, tais como Bertagnolli, Ott e Damacena (2006), Macedo *et al.* (2007), Darnall, Henriques e Sadorsky (2008), Macedo e Cípola (2009) e Siqueira *et al.* (2009). Nesse âmbito, o presente estudo alinha-se às preocupações dos autores, por analisar o desempenho socioambiental da Petrobras, relacionando o seu faturamento com as suas ações socioambientais.

O trabalho está estruturado em cinco seções. Primeiramente, a introdução, na qual é contextualizado o tema, abrangendo a formulação do problema, hipóteses, objetivos, e justificativa, bem como os aspectos metodológicos e a estrutura geral do

trabalho. Na segunda seção, discorre-se sobre os arcabouços teóricos, sendo abordados temas ligados às questões ambientais, balanços sociais do IBASE, bem como alguns estudos empíricos já realizados no campo. Na terceira seção, apresenta-se os aspectos metodológicos que permitiram a condução do presente artigo. Na quarta seção, são apresentados os dados e analisados os resultados do estudo. Na quinta seção, são apresentadas as conclusões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Abordagens teóricas sobre a questão ambiental

O enfoque na relação entre desenvolvimento e meio ambiente interfere diretamente nas atividades empresariais, uma vez que estas estão no centro de todo o processo que envolve, principalmente: a utilização de recursos naturais, a geração de resíduos e a capacidade de suporte do planeta, tanto no suprimento de recursos, quanto na recepção de resíduos (BORGES, 2007). Dariot (2006) frisa que a utilização da natureza é a base da organização econômica e social dos seres humanos.

Diversos autores têm contribuído ao realizar pesquisas sobre o tema desenvolvimento econômico e o meio ambiente. No entanto, este estudo teve como principal suporte teórico as contribuições dos autores Michael E. Colby (1991) e Carolyn P. Egri e Lawrence T. Pinfield (1998), quanto aos paradigmas e perspectivas de desenvolvimento econômico e meio ambiente.

Colby (1991) propôs cinco paradigmas para explicar a relação entre homem e natureza, ou de gestão ambiental no desenvolvimento: Economia de Fronteiras, Ecologia Profunda, Proteção Ambiental, Administração de Recursos e Ecodesenvolvimento. Esses paradigmas apresentam conflitos entre eles. Não existe uma única abordagem que tem a melhor resposta para cada tipo de gestão ambiental ou problema de desenvolvimento. Egri e Pinfield (1998) ao explorarem o tópico meio ambiente, partiram de três estruturas da filosofia ambiental e conceitos relacionados que representam as primeiras escolas de pensamento quanto ao

relacionamento homem-natureza, sendo eles o paradigma social dominante, a perspectiva do ambientalismo radical e a perspectiva do ambientalismo renovado.

2.2 Alinhamento das concepções de Colby e Egri e Pinfield

Embora metodologicamente distintas, as concepções acerca da questão ambiental propostas por Colby e por Egri e Pinfield podem ser comparadas entre si, evidenciando forte convergência em termos conceituais.

O Quadro 1 demonstra o alinhamento entre as visões dos autores, destacando, ainda, as respectivas questões relevantes e abordagens de gestão ambiental, em termos de tecnologias e estratégias.

Quadro 1 – Alinhamento entre os paradigmas de Colby e as perspectivas de Egri e Pinfield (continua)

PARADIGMAS DE COLBY	PERSPECTIVAS DE EGRI E PINFIELD	QUESTÕES RELEVANTES	GESTÃO AMBIENTAL (tecnologias e estratégias)
Economia de Fronteiras	Perspectiva Social Dominante	Orientação funcionalista e antropocêntrica, dominante até a década de 1960.	Industrialismo, com tecnologias de larga escala, intensivas em capital.
		O meio natural, com infinitos recursos, é visto como uma externalidade.	Dispersão da poluição.
		Destruição ambiental vista como sendo o resultado da pobreza que tenderia a ser erradicada pelo desenvolvimento econômico.	Consumismo ilimitado. Livre mercado sem regulamentação.
Ecologia Profunda	Ambientalismo Radical	Orientação biocêntrica e utópica - natureza intocada/inalterada.	Planejamento e controle biorregional.
		Visão Neomalthusiana - a população e a sua pressão sobre os recursos causam degradações ambientais. Logo, o crescimento demográfico deve ser controlado.	Eliminação da poluição, com tecnologias apropriadas Ética pós-consumo e diversidade cultural e biológica.
		Redesenho de sistemas de produção industrial e agrícola, e a adoção de uma ética não consumista e anti-materialista.	Regulamentação governamental para preservação da natureza.

Quadro 1 – Alinhamento entre os paradigmas de Colby e as perspectivas de Egri e Pinfield
(conclusão)

PARADIGMAS DE COLBY	PERSPECTIVAS DE EGRI E PINFIELD	QUESTÕES RELEVANTES	GESTÃO AMBIENTAL (tecnologias e estratégias)
Proteção Ambiental	Ambientalismo Renovado	Implementação de políticas e estratégias ambientais, com os chamados <i>stakeholders</i> .	Industrialismo e Consumerismo verdes.
Administração de Recursos		Desenvolvimento de acordos de colaboração com a indústria e o governo, por parte das empresas.	Redução da poluição e ecotecnologias para desenvolver e conservar os recursos naturais.
Eco-desenvolvimento		Ajustes incrementais nos sistemas econômico e tecnológico, em vez de mudanças transformacionais - noção de “esverdear” a sociedade e suas organizações.	Biodiversidade utilitária. Monitoria e regulação dos riscos ambientais nas esferas local e global.

Fonte: Adaptado de Egri e Pinfield (1998) e Colby (1990).

Conceitualmente as concepções de Economia de Fronteiras e Ecologia Profunda de Colby alinham-se, respectivamente, às perspectivas Social Dominante e Ambientalismo Radical de Egri e Pinfield. Nas primeiras, com forte orientação antropocêntrica, o meio ambiente é tido como uma externalidade e a gestão ambiental é muito incipiente, restringindo-se à dispersão da poluição, dado que as empresas atuam em um mercado livre, sem regulamentação, e que prevalece na sociedade o consumismo. Nas segundas, há uma orientação biocêntrica, mas utópica. Busca-se o planejamento e controle biorregional, bem como o controle demográfico, dada a visão Neomalthusiana acerca do crescimento populacional e suas conseqüências.

A gestão ambiental, apoiada em uma ética pós-consumo e de valorização da diversidade cultural e biológica, visa à eliminação da poluição, o que pressupõe o redesenho de sistemas de produção, bem como forte regulamentação governamental. Verifica-se, ainda, que Proteção Ambiental, Administração de Recursos e Ecodesenvolvimento de Colby alinham-se ao Ambientalismo Renovado de Egri e Pinfield. Nestas concepções, ocorre a implementação de políticas e estratégias ambientais, mediante acordos com o governo e com as indústrias, com a participação dos diferentes *stakeholders* organizacionais. Trata-se, contudo, de uma visão ambígua e contraditória, mais focada no “esverdeamento” das organizações

do que na proposição de mudanças culturais profundas. A gestão ambiental orienta-se pelo industrialismo e consumerismo verdes, baseados em ecotecnologias para desenvolver e conservar os recursos naturais, ao mesmo tempo, em que se busca a redução da poluição. O ambiente institucional privilegia a monitoria e regulação dos riscos ambientais nas esferas local e global.

2.3 Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável foi proferido pela primeira vez no Relatório Brundtland no *World Commission on Environment and Development* em 1987. O conceito entende-se como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (NASCIMENTO, 2008).

Essa definição traz dois conceitos-chave: 'necessidades' e 'limitações', ou seja, o modelo propõe máxima prioridade às necessidades essenciais dos pobres do mundo, e a noção de limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (UNB; PUC MINAS/IDHS; PNUD, 2004).

Por outro lado, Barbieri (2004) argumenta que o modelo se apóia em três critérios de desempenho, a saber: eficiência econômica, equidade social e respeito ao meio ambiente. Esses critérios devem ser considerados simultaneamente em qualquer proposta de gestão socioambiental.

Corroborando com Barbieri (2004), Borges (2007) explica que o modelo deve contribuir para gerar renda e riqueza, que são os objetivos básicos das empresas, minimizando seus impactos ambientais adversos, maximizando os benefícios, tornando a sociedade justa. Sendo assim, uma organização que segue modelos de gestão baseados em desenvolvimento sustentável é considerada responsável nas perspectivas econômica, social e ambiental. Além disso, as empresas poderão alcançar a redução de custos, aumento de qualidade, parcerias, benefícios aos *stakeholders* e novos negócios que podem sustentar uma vantagem competitiva em longo prazo (DANIELE et al., 2012),

Resgatando Egri e Pinfield (1999), o conceito de desenvolvimento sustentável insere-se na perspectiva do ambientalismo renovado e representa uma reconciliação entre o crescimento econômico e a proteção ambiental nos níveis local, nacional e global, pois tem como foco a erradicação da pobreza dos países do terceiro mundo, um papel mais ativo dos governos, administrando problemas ambientais e licenças de comercialização para a poluição industrial, a gestão dos bens comuns globais, baseada no princípio da colaboração, em vez da competição, e o desenvolvimento de regulamentações ambientais internacionais e mecanismos coercitivos. Entretanto, os autores apresentam críticas ao conceito e sua aplicação, no que toca a imprecisão do próprio conceito, possibilidade de incorporação do meio ambiente sem responsabilização governamental, promoção de políticas simbólicas e de interesses próprios como bases de poder, e proposições de soluções superficiais e não ataque às causas de degradação ambiental.

2.4 Responsabilidade social empresarial

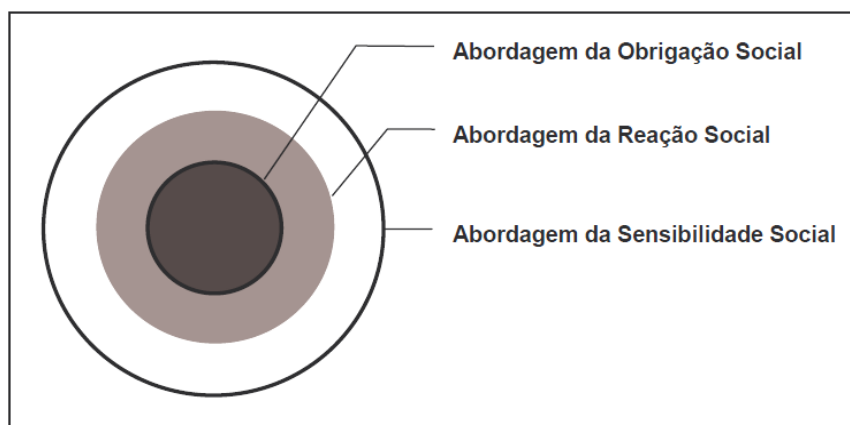
Dada a complexidade do tema, há na literatura certa ambigüidade quanto à definição de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), bem como de seus conceitos relacionados, tais como desempenho social das empresas, cidadania corporativa, sustentabilidade empresarial, etc. (MAOM; LINDGREE; SWAEN, 2010).

Conforme o Instituto Ethos (2001), referência nacional na mobilização de empresas neste campo, RSE é:

(...) a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Lourenço e Schroder (2003), baseados nos trabalhos de Montana e Charnov (1998), Donnelly, Gibson e Ivancevich (2000) elaboraram um *framework* que ilustra três níveis de diferentes abordagens de RSE em relação às suas demandas sociais: obrigação social, reação social e sensibilidade social, de acordo com a figura 1.

Figura 1 - As três abordagens da responsabilidade social



Fonte: Lourenço e Schroder (2003).

Na abordagem de obrigação social, representada no núcleo do *framework*, o comportamento de negócio reflete a responsabilidade econômica e legal da empresa, ou seja, a empresa busca lucro em troca de oferta de novos empregos, salários justos, melhoria de qualidade de vida dos seus funcionários, além de contribuir com a sociedade em geral pagando impostos.

A abordagem de reação social, representada pelo segundo ciclo interno, compreende o comportamento, exigido por grupos que têm uma participação direta nas ações da organização, caracterizando assim um comportamento reativo. Nessa abordagem, além das empresas cumprirem obrigações sociais de forma legal, ela também cumpre respondendo a inúmeras pressões vindas de diferentes grupos de *stakeholders* como sindicatos, consumidores, ativistas sociais, comunidade onde a empresa está instalada, mídia, etc. Nessa abordagem a empresa é reativa, combinando o lucro com aspectos legais e éticos.

Enquanto a abordagem de sensibilidade social, a qual abrange as duas primeiras, é a mais focada aos *stakeholders* externos. Compreende um comportamento socialmente responsável e antecipador, ou seja, as empresas adotam uma atitude pró-ativa e preventiva. Empresas que adotam esse tipo de abordagem procuram ir além da mera ação social e da reação social, ela busca formas de resolver problemas sociais com pro-atividade, prevendo problemas sociais futuros, incorporando todos os *stakeholders* nas suas estratégias sociais, pois além de combinarem o lucro com o cumprimento de medidas legais e pressões de diferentes *stakeholders*, elas, discricionariamente adotam programas sociais nas

Revista Produção Online, Florianópolis, SC, v.13, n. 1, p. 108-133, jan./mar. 2013.

suas estratégias de negócios, bem como financiam programas sociais que são geridos por Organizações Não Governamentais (ONG), Associações, etc.

Já Maom, Lindgree e Swaen (2010) argumentam que a RSE, bem como os seus conceitos são caracterizados em quatro abordagens: instrumental, política, integrativa e ética. A abordagem instrumental compreende a RSE como um meio direto ou indireto para um fim específico, o lucro. A política enfatiza os direitos e deveres sociais, associada ao poder social da organização, enquanto a abordagem integrativa inclui as teorias que afirmam que as organizações devem integrar demandas sociais, pois dependem da sociedade para a sua continuidade, crescimento e a mera existência. Finalmente, a ética compreende a relação entre as empresas e a sociedade como incorporado com os valores éticos e, portanto, as organizações devem adotar a responsabilidade social como uma obrigação ética, acima de outras considerações.

Para ser socialmente responsável, uma empresa deve ser ética, no discurso e em suas práticas. Nesta perspectiva, a RSE considera, a um só tempo as dimensões externa, com foco em múltiplos *stakeholders*, e interna, com foco nos funcionários. Embora fundamental, a dimensão interna tende a ser negligenciada nas práticas gerenciais e nos estudos acadêmicos (MELO NETO; FROES, 2004).

De modo a frisar a relevância da dimensão interna, Pena (2003) a qualifica como sendo uma “condição esotérica”, ponto de partida para uma atuação mais ampla, frente aos diversos públicos. Tal premissa torna o colaborador interno um público estratégico, em relação ao qual se deve observar a coerência entre o discurso empresarial e os padrões de relações trabalhistas, incluindo-se, aí, a qualidade de vida no trabalho. Esta perspectiva alinha-se à compreensão do Instituto Ethos (2011), que tem o público interno como um dos temas de seus indicadores de responsabilidade social. O foco no público interno representa, na prática, uma responsabilidade inerente à gestão de Recursos Humanos, em conformidade a padrões e acordos internacionais, tais como SA 8000 e *Global Compact*, atendendo, assim, a auditorias, certificações e códigos de conduta.

A maioria dos padrões, normas e certificações que vêm sendo adotados pelas empresas para evidenciar os resultados das suas ações no campo de RSE, são propostos por grupos de interesse, sejam ONGs ou outras instituições, tais como, no

plano nacional, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o IBASE (KREITLON, 2005).

Atendendo os objetivos do presente artigo, o mesmo apenas abordará o IBASE.

2.5 Balanço social do IBASE

O primeiro modelo de balanço social apresentado no Brasil foi desenvolvido pelo IBASE, no primeiro semestre de 1997, em parceria com técnicos, pesquisadores e representantes de instituições públicas e privadas. A estratégia adotada foi a de criar um modelo básico, mínimo e inicial, construído à base do consenso e que pudesse ser lançado rapidamente (TORRES; MANSUR, 2008).

Para Tinoco e Kraemer (2004), o balanço social é um instrumento de gestão e de informações que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações financeiras, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, seus parceiros sociais.

Esse demonstrativo é preparado pelas organizações públicas ou privadas para os seus *stakeholders*, sistematizando informações sobre quatro pontos principais: relação trabalhista, preservação e controle do meio ambiente, políticas externas e demonstração de valor adicionado (VARELA; COSTA; DOLABELLA, 1999).

O balanço social demonstra quantitativa e qualitativamente o papel desempenhado pelas empresas no plano social, tanto internamente quanto na sua atuação na comunidade. Os itens dessa verificação são vários, como a educação, saúde, atenção à mulher, atuação na preservação do meio ambiente, melhoria na qualidade de vida e de trabalho de seus empregados, apoio a projetos comunitários visando a erradicação da pobreza, geração de renda e de novos postos de trabalho, representados por indicadores sociais externos, sociais internos, ambientais, indicadores de corpo funcional, bem como por informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. A sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente (BALANÇO SOCIAL, 2011).

Os Indicadores Sociais Internos do balanço social apresentam o total de investimentos realizados pela empresa em função de seus funcionários, como alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde segurança e saúde no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, bem como outros não especificados, porém da mesma natureza (IBASE, 2011).

Nos Indicadores Sociais Externos no balanço social são evidenciados os valores totais dos investimentos realizados pela empresa no que diz respeito a contribuições para a sociedade, como educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate a fome, segurança alimentar, bem como outros (IBASE, 2011).

Os Indicadores Ambientais representam o montante dos investimentos realizados pela empresa relacionados com a produção/operação da empresa e meio ambiente nos investimentos realizados em programas e/ou projetos externos, bem como “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação, e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais (IBASE, 2011).

Outro item que compõe o balanço social do modelo IBASE é a receita líquida, da qual serve de base de cálculo para se calcular o percentual dos investimentos socioambientais, representados pelos respectivos indicadores.

Para Iudícibus (2010), receita líquida das vendas e serviços compreende o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o resultado auferido nas operações de conta alheia e o preço dos serviços prestados, deduzindo os impostos incidentes sobre as vendas, as vendas canceladas, bem como os descontos comerciais concedidos pela empresa.

Assaf Neto (2010, p. 64-65) conceitua a receita líquida nos seguintes termos: “Da receita bruta devem ser deduzidos diversos valores que efetivamente não pertencem à empresa, tais como impostos indiretos (ICMS, IPI etc.), descontos e abatimentos, devoluções de mercadorias etc. Com isso, obtém-se a receita líquida”.

2.6 Estudos empíricos sobre a relação entre Responsabilidade Socioambiental e Desempenho Financeiro

Os estudos empíricos com foco na análise da relação entre a responsabilidade socioambiental e desempenho financeiro não têm sido conclusivos, o que incita a continuidade de pesquisas acerca desta questão. Não existe consenso em torno da medida mais adequada para mensuração do desempenho financeiro e da SER (ROMAN, 1999).

Analisando as pesquisas nacionais em torno da relação entre a responsabilidade social e ambiental, e o desempenho financeiro das empresas com foco na receita líquida como variável de desempenho, podem ser destacados os estudos de Bertagnolli et al. (2006), Macedo et al. (2007), Machado e Machado (2009).

Bertagnolli, Ott e Damacena (2006) tinham objetivo de determinar o nível de influência dos investimentos sociais e ambientais no desempenho econômico de 176 empresas. Concluíram que tanto a receita líquida como o resultado operacional estão associados aos investimentos sociais e ambientais, pois foi verificada uma relação positiva entre os indicadores sociais e o desempenho econômico das empresas.

Macedo et al. (2007) analisaram o desempenho financeiro de empresas socialmente responsáveis, por meio dos indicadores contábil-financeiros de liquidez, endividamento e lucratividade, do período de 2005. A pesquisa abrangeu 8 empresas de papel e celulose e 25 de siderurgia e metalurgia, comparando-se os índices das empresas socialmente responsáveis (participantes do índice de sustentabilidade empresarial da BMFBovespa) com as de melhor desempenho no mercado. Não foram encontradas diferenças significativas entre os índices desses dois grupos de empresas.

Macedo e Cípola (2009) verificaram a capacidade de investimento e o benefício socioambiental de seis empresas siderúrgicas que atuam no Brasil (Acesita, Belgo, CSN, CST, Gerdau e USIMINAS). Concluíram que Gerdau (principal *benchmark*) e a CSN são as melhores e a Acesita a de pior desempenho socioambiental. Além disso, o investimento ambiental é a variável que mais precisa de incrementos.

Tachizawa (2009) analisou as maiores organizações do ramo industrial, comercial e de prestação de serviços que atuam na economia nacional, com o objetivo de conceber uma arquitetura de base de dados para subsidiar o monitoramento e direcionamento da gestão socioambiental nas empresas. A arquitetura também permitiu o mapeamento socioambiental dos diferentes segmentos econômicos do universo empresarial brasileiro. O modelo proposto sugere que sejam adotados enfoques distintos de gestão para diferentes tipos de organizações que, em razão de seu ramo de negócios, sofrem efeitos socioambientais diferenciados.

Siqueira et al. (2009) criaram um *ranking* de responsabilidade socioambiental no setor elétrico do Brasil. Concluíram que as empresas CELTINS, CEMIG, CEPISA e Transmissão Paulista foram aquelas que apresentaram os melhores desempenhos socioambientais, sendo que CEMIG e CEPISA são as que mais aparecem como referência. Constataram, ainda, que os investimentos em questões ambientais eram os mais desprezados.

Dentre os estudos internacionais, podem ser destacados os estudos de Orlitzky et al. (2003), Allouche e Laroche (2005), Beurden e Gössling (2008), e Darnall, Henriques e Sadorsky (2008).

Orlitzky et al. (2003), utilizando a meta-análise, fizeram uma estatística integrativa de 30 anos de pesquisas empíricas em torno da relação entre desempenho financeiro e desempenho socioambiental corporativo, entre outros objetivos específicos. Os resultados demonstraram que: há uma associação positiva entre o desempenho socioambiental das empresas e o desempenho financeiro em todos os setores e contextos de estudo; essa relação tende a ser bidirecional e simultânea; a reputação se destaca como um importante mediador da relação desempenho social e financeiro nas empresas; e entre 15% e 100% da variação do estudo cruzado em vários subconjuntos de correlações, pode ser explicado pelos fatores “descasamento das partes interessadas”, “erro de amostragem” e “erro de medição”.

Também por meio de meta-análise, Allouche e Laroche (2005) analisaram a relação entre desempenho financeiro e desempenho socioambiental corporativo, demonstrando que este último teve impacto positivo sobre o primeiro.

Beurden e Gössling (2008) realizaram uma revisão da literatura, período de 1990 a 2007, revelando existir uma clara evidência empírica de correlação positiva entre desempenho social empresarial e desempenho financeiro, o que denota que “ética é um bom negócio”.

Darnall, Henriques e Sadorsky (2008) analisaram a relação de desempenho de negócio entre as empresas que operam no mercado do Canadá, EUA, Hungria e Alemanha, que adotam o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) por pressões institucionais e as que adotam por conta própria, ou seja, qual delas tem maior desempenho no negócio. Os resultados mostraram que as empresas que adotam a SGA por conta própria têm maior desempenho geral do negócio.

3 METODOLOGIA

Partindo da questão da pesquisa, acerca do desempenho socioambiental da Petrobras, este estudo pretende analisar o coeficiente de correlação entre a receita líquida e os indicadores sociais internos e externos, bem como entre o indicador ambiental. Quanto ao desenvolvimento, a mesma baseou-se, primeiramente por uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema, tanto a nível nacional como a nível internacional, e a seguir se procedeu a coleta de dados secundários com finalidade de se fazer análise de correlação.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois, descreve os níveis do faturamento da Petrobras durante doze anos, bem como os seus níveis de investimentos em ações sociais e ambientais no mesmo período (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Foi utilizado o método quantitativo que, como afirmam Collis e Hussey (2005, p. 26), “envolve coletar e analisar dados numéricos e aplicar testes estatísticos”. Os testes estatísticos serão utilizados para testar as seguintes hipóteses:

H₀: Não há correlação entre a receita líquida e os investimentos socioambientais, o que significa que a Petrobras tem um péssimo desempenho socioambiental; e

H₁: Há correlação positiva entre a receita líquida e os investimentos socioambientais, o que significa que a Petrobras tem bom desempenho socioambiental.

Assim, o método se justifica pela coleta de dados quantitativos de fontes secundários do balanço social da Petrobras, referentes aos exercícios de 1998 a 2009, sendo os de 1998 a 2008 disponíveis no data base do IBASE, e o de 2009 disponível no Relatório de Sustentabilidade da Petrobras referente ao ano de 2009.

O método quantitativo justifica-se, ainda, pelo tratamento dos dados mediante técnicas de análise descritiva, tendo como suporte a versão 19 do programa *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS, para análise das variáveis, ou seja, a correlação entre a Receita Líquida e os montantes dos investimentos sociais e ambientais ao decorrer do período âmbito do estudo, e assim descrever o desempenho socioambiental da empresa.

O coeficiente de correlação simples (r) é uma medida de associação entre variáveis quantitativas, cujo objetivo é mensurar e determinar o sentido de relação entre variáveis (BARBETTA, 2001). De conformidade com Gil (1999), quando o coeficiente de correlação é igual a 0,00 para duas variáveis absolutamente independentes entre si, não existe nenhuma relação entre as variáveis, e no caso de o coeficiente de correlação ser 1,00 ou -1,00 significa que há forte associação positiva entre as variáveis, e forte correlação negativa entre as variáveis, respectivamente.

Para Money, Babin e Samouel (2003), o coeficiente de correlação entre 0,91 a 1,00, negativos ou positivos, são considerados muito fortes, de 0,71 a 0,90, é considerado alto, de 0,41 a 0,70, a força de associação é moderada, de 0,21 a 0,40 é pequena mas definida, se for 0,01 a 0,20 é leve, quase imperceptível.

Assim, baseado nas hipóteses propostas, se o coeficiente de correlação for igual a 0,00, se descarta a hipótese alternativa (H₁), e se valida a hipótese nula (H₀). Porém se o coeficiente de correlação encontrado for positivo, com tendência a 1,00, descarta-se a hipótese nula (H₀), e mantém-se a hipótese alternativa (H₁).

A empresa objeto do estudo, a Petrobras, é de sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil. Atua nos setores de exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural,

petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia. Líder do setor petrolífero brasileiro e a primeira da lista das 500 Maiores e Melhores Empresas do Brasil em termos de faturamento, expandiu suas operações e pretende estar entre as cinco maiores empresas integradas de energia no mundo até 2020 e estar presente em 28 países (REVISTA EXAME, 2011; PETROBRAS, 2011).

Não obstante, a empresa obteve reconhecimentos quanto às suas ações socioambientais, como o prêmio de *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) e o prêmio da revista *Seleções do Reader's Digest* em parceria com o *Ibope Solution* (PETROBRAS, 2011).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados analisados foram os de receitas líquidas, investimentos em ações sociais internas (indicadores sociais internos), investimento em ações sociais externas (indicadores externos), bem como investimento em ações ambientais (indicadores ambientais), respeitantes aos exercícios econômicos dos anos de 1998 a 2009, apresentados na tabela 1.

Tabela 1- Receita líquida e os indicadores socioambientais em (mil R\$)

Ano	Receita Líquida	Indicadores					
		Sociais Internos		Sociais Externos		Ambientais	
		Valor	% da RL	Valor	% da RL	Valor	% da RL
1998	15.829.260,00	2.144.864,73	13,55%	10.638.845,65	67,21%	178.870,64	1,13%
1999	26.881.421,00	2.059.116,85	7,66%	10.868.158,51	40,43%	188.169,95	0,70%
2000	49.782.445,00	3.176.119,99	6,38%	19.016.893,99	38,20%	572.498,12	1,15%
2001	57.511.593,00	3.065.367,91	5,33%	26.208.032,93	45,57%	1.098.471,43	1,91%
2002	69.176.155,00	2.690.952,43	3,89%	39.990.735,21	57,81%	1.971.520,42	2,85%
2003	95.742.702,00	4.097.787,65	4,28%	42.528.908,23	44,42%	2.288.250,58	2,39%
2004	111.127.759,00	5.523.049,62	4,97%	45.562.381,19	41,00%	1.533.563,07	1,38%
2005	136.605.078,00	6.775.611,87	4,96%	70.269.652,12	51,44%	1.270.427,23	0,93%
2006	158.238.819,00	7.975.236,48	5,04%	71.824.599,94	45,39%	1.408.325,49	0,89%
2007	170.577.725,00	8.273.019,66	4,85%	73.979.559,33	43,37%	1.978.701,61	1,16%
2008	215.118.536,00	9.787.893,39	4,55%	80.647.939,15	37,49%	1.979.090,53	0,92%
2009	182.710.057,00	9.537.464,98	5,22%	77.706.587,24	42,53%	1.973.268,62	1,08%

Fonte: Elaborada pelos autores e adaptado de IBASE (2011) e Petrobras (2011).

Como se pode observar, a Receita Líquida da empresa tem aumentado gradativamente a cada exercício econômico, com exceção do ano de 2009, que teve uma ligeira queda de cerca de 15 pontos percentuais. Outrossim, os investimentos socioambientais também apresentaram algumas oscilações.

Com o suporte do SPSS, aplicou-se um teste de correlação entre a Receita Líquida e os montantes dos investimentos sociais e ambientais, ao decorrer do período considerado no estudo, cuja matriz é apresentada na tabela 2.

Tabela 2 - Matriz de correlação entre a receita líquida e os indicadores sociais e o ambiental

	Receita Líquida	Indicadores Sociais Internos	Indicadores Sociais Externos	Indicadores Ambientais
Receita Líquida	1			
Indicadores Sociais Internos	0,982	1		
Indicadores Sociais Externos	0,977	0,954	1	
Indicadores Ambientais	0,722	0,608	0,742	1

Fonte: Elaborada pelos autores.

As análises estatísticas mostram que o coeficiente de correlação entre a Receita Líquida e os Indicadores Sociais Internos é $r = 0,982$.

Dado que o coeficiente de correlação r , para as variáveis receita líquida e indicadores sociais internos se encontra no intervalo de 0,91 e 1,00, pode-se afirmar, tomando por base Gil (1999) e Money, Babin e Samouel (2003), que a força de associação entre essas duas variáveis é muito forte. Logo, os investimentos em ações sociais internas da Petrobras, ou seja, o seu desempenho social voltado aos funcionários está fortemente associado ao seu desempenho financeiro.

No caso de relação entre a receita líquida e os indicadores sociais externos demonstram que essas duas variáveis têm um coeficiente de correlação $r = 0,977$, o que indica que têm uma forte correlação positiva. Traduzindo, a empresa aumenta o valor do investimento em ações sociais destinados aos *stakeholders* externos, a medida que a sua receita líquida vai aumentando. Baseado nos conceitos propostos por Gil (1999) e Money, Babin e Samouel (2003), as duas primeiras variáveis correlacionadas com a variável receita líquida têm uma forte associação positiva, pois as duas tiveram o coeficiente de correlação na escala de 0,91 a 1,00.

Quanto ao teste feito entre as receitas líquidas e os investimentos em causas ambientais, o coeficiente de correlação resultou em $r = 0,722$, valor ainda dentro do

padrão de variáveis com associação positiva, considerado alto, de acordo com o exposto por Money, Babin e Samouel (2003). Porém, constata-se que o coeficiente de correlação entre essas duas variáveis, é menor que os da receita líquida com os investimentos sociais. Esse resultado indica que o desempenho ambiental da empresa está menos relacionado com o desempenho financeiro da mesma. Divergindo assim, das pesquisas de Orlitzky et al. (2003) e Beurden e Gössling (2008). Entretanto, pode ser explicado com as oscilações negativas do montante investido em ações ambientais ocorridas nos anos de 2004 e 2005, respectivamente de 33,00% e 17,16%, pois nesse período o faturamento da empresa manteve crescente, diferente de investimentos ambientais. Esses resultados divergem com as pesquisas de Orlitzky et al. (2003) e Beurden e Gössling (2008).

As oscilações dos investimentos ambientais ocorreram devido à própria natureza dos mesmos, uma vez que esses investimentos podem ser internos e externos. Os internos consistem em gastos ligados à operação da empresa em relação ao meio ambiente, minimizando resíduos e o consumo de recursos naturais nas suas operações, ou seja, visa o aumento da ecoeficiência, e por se tratarem de ações preventivas, não existe critério para a diminuição o aumento do investimento, mas sim para alcance de metas, portanto os níveis de investimentos podem ser altos ou baixos, dependendo de metas pré-estabelecidas, o que justifica as oscilações (PETROBRAS, 2011)

Quanto aos investimentos ambientais externos, os mesmos consistem em projetos elaborados por terceiros, e submetidos à avaliação de comissões específicas, e selecionadas de acordo com critérios de seleção pública amplamente divulgados. Assim, o valor desses investimentos também pode sofrer oscilações negativas ou positivas, uma vez que a seleção obedece a critérios específicos. O mesmo também acontece com projetos sociais externos (PETROBRAS, 2011). Portanto, mesmo se a empresa programar o aumento de investimento ambiental ou social externo para um determinado valor, num determinado exercício econômico, a execução do mesmo depende do resultado da seleção pública.

Diante das evidências, descarta-se a hipótese nula (H_0), e mantém-se a hipótese alternativa (H_1), uma vez que todos os testes de coeficiente de correlação resultou em $r >$ que 0,00.

Estes resultados convergem com os resultados do estudo empíricos de Bertagnolli, Ott e Damacena (2006), Macedo e Cípola (2009), bem como o de Siqueira et al. (2009), pois o resultado dos mesmos, apesar de encontrarem desempenho socioambiental através dos indicadores sociais e ambientais, indicaram que o indicador ambiental é o que mais precisava de incremento.

Por outro lado destacam-se os resultados do estudo de Darnall, Henriques e Sadorsky (2008), no que toca a discricionabilidade de políticas de gestão ambiental, pois convergem com os resultados do presente estudo.

Outrossim, resgatando os paradigmas propostos por Colby (1991) e as perspectivas de Egri e Pinfield (1998), e os comparando com os resultados obtidos no presente estudo, pôde-se observar que o modelo de gestão ambiental da Petrobras se alinha aos paradigma de proteção ambiental, gestão de recursos e o de ecodesenvolvimento de Colby (1991), bem como às perspectivas de ambientalismo renovado de Egri e Pinfield (1998), visto que a empresa tem implementado políticas e estratégias ambientais, que visam a diminuição da produção de resíduos, mitigação da situação da poluição, bem como que buscam soluções para limpar os resíduos gerados antes de lançá-los diretamente na natureza, com participação de diferentes *stakeholders* organizacionais, como ilustram os indicadores socioambientais da empresa.

Cabe ainda ressaltar que a empresa tem seguido o modelo de desenvolvimento sustentável, uma vez que se desenvolve nas três esferas: econômica, social e ambiental, como referencia Borges (2007), pois possui alto desempenho econômico, alto desempenho social e alto desempenho ambiental.

Ainda no alinhamento entre os resultados e a literatura abordada, percebe-se que a empresa se insere na abordagem de sensibilidade social propostas por Lourenço e Schroder (2003), uma vez que os investimentos em ações sociais externas são maiores que as internas, corroborando com Melo Neto e Froes, (2004). Esse resultado indica que a empresa, na condução do seu negócio, além de cumprir com as obrigações legais, ela também se preocupa com a parte ética, procurando manter a sua boa reputação.

Quanto às abordagens propostas por Maom, Lindgree e Swaen (2010), pode-se também observar que a empresa se alinha às três abordagens: instrumental,

política, integrativa e ética, sendo a última a mais predominante, uma vez que a organização adota a responsabilidade social como uma obrigação ética, acima de outras considerações. Chega-se a essa conclusão devido à própria natureza da empresa. Sendo a Petrobras uma S.A, a sua missão está diretamente ligada à maximização do capital dos seus acionistas, ou seja, o lucro, se alinhando assim a abordagem instrumental. Já na parte que toca a abordagem política, pode-se tirar conclusões nos investimentos em ações sociais, tanto internas como externas, pois são de montantes avultosos (PETROBRAS, 2011).

No que toca a abordagem integrativa, resgata-se Freeman (1984), na sua abordagem dos *stakeholders*. Para o autor *stakeholder* compreende qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado por uma empresa na concepção do seu objetivo. Portanto nas decisões estratégicas da empresa, deve-se integrar a gestão dos *stakeholders*.

É nessa perspectiva que a Petrobras financia inúmeros projetos sociais, que abrangem toda a região do país, proporcionando geração de renda, saúde, esporte, cultura e educação, tendo como protagonista os seus *stakeholders* (PETROBRAS, 2011).

Quanto à abordagem ética, pode-se observar que a empresa salvaguarda a sua reputação, uma vez que a maioria das ações que envolvem a RSE da empresa não é imposta por Lei, portanto, a consolidação das três primeiras abordagens proposta por Maom, Lindgree e Swaen (2010), se dá de forma ética.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve por foco o desempenho socioambiental da Petrobras. Para tal, foram analisados dados dos balanços sociais da empresa, do período de 1998 a 2009. Em alinhamento aos objetivos propostos, foi realizado teste de coeficiente de correlação entre a receita líquida e os valores de investimentos feitos pela empresa em ações sociais e ambientais. Os resultados dos testes aplicados indicaram que a empresa tem aumentado os investimentos em ações socioambientais à medida que o seu faturamento aumenta, o que indica que o

desempenho financeiro da Petrobras explica o seu desempenho socioambiental, confirmando a H_1 .

Através do teste de coeficiente de correlação entre as variáveis analisadas, verificou-se que, dos três indicadores correlacionados com a receita líquida, o que teve maior correlação foi o de ações sociais internas, que retrata os gastos com funcionários no tocante a alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde segurança e saúde no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, bem como outros. Portanto esses investimentos evidenciam a abordagem de obrigação social de Lourenço e Schroder (2003).

O indicador que retrata os investimentos sociais externos é o que teve segunda maior associação positiva, porém teve o maior volume de investimento. Enquanto os que retratam investimentos em ações para mitigar ou controlar danos causados pelo ambiente natural teve a associação mais baixa, em relação às demais, porém considerada significativa, pois teve o coeficiente de correlação $r = 0,722$. Os resultados do estudo convergem com as conclusões de estudos anteriores, tais como Bertagnolli, Ott e Damacena (2006), Macedo e Cípola (2009) e Siqueira et al. (2009). Os resultados também trazem evidências que o modelo de gestão ambiental da Petrobras se alinha aos paradigmas de proteção ambiental, gestão de recursos e o de ecodesenvolvimento, propostos por Colby (1991), bem como à perspectiva de ambientalismo renovado de Egri e Pinfield (1998).

Outro aspecto importante que se pode concluir no estudo é o desenvolvimento da empresa nas três esferas - econômica, social e ambiental, caracterizando o desenvolvimento sustentável, de acordo com Borges (2007). Pois, a empresa evidencia o uso razoável dos recursos da terra e preservação das espécies e o *habitat* natural, e dessa forma satisfaz necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

Quanto às evidências de RSE, a empresa se alinha, mais genericamente, à abordagem de sensibilidade social, conforme Lourenço e Schroder (2003), e abordagem ética, conforme o enfoque de Maom, Lindgree e Swaen (2010), pois a empresa tem apostado mais em investimentos sociais externos, atingindo de uma

forma geral todos os seus *stakeholders*, além de se preocupar com obrigações econômicas e legais, ou seja, a Petrobras tem agido proativamente na sua estratégia de RSE.

Nessa perspectiva, pode-se concluir de uma forma geral, que o estudo atingiu os seus objetivos na evidenciação do alto desempenho socioambiental da Petrobras, bem como revelando que o desempenho ambiental é menos eficiente do que o social.

¹ Artigo original e inédito.

REFERÊNCIAS

ALLOUCHE, J.; LAROCHE, P. A meta-analytical investigation of the relationship between corporate social and financial performance. **Revue de Gestion des Ressources Humaines**, v.57, n.1, p.8–41, 2005.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BALANÇO SOCIAL. **10 anos luz Betinho**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 10 de Maio de 2011.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 2001.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BERTAGNOLLI, D. D. O.; OTT, E.; DAMACENA, C. Estudo sobre a Influência dos Investimentos Sociais e Ambientais no Desempenho Econômico das Empresas. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2006. 1 CD.

BEURDEN, P.; GÖSSLING, T. The worth of values: a literature review on the relation between corporate social and financial performance. **Journal of Business Ethics**, v.82, n.2, p.407–424, 2008.

BORGES, F. H. **O meio ambiente e a organização**: um estudo de caso baseado no posicionamento de uma empresa frente a uma nova perspectiva ambiental. 2007. 84p. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação e área de concentração: Engenharia da Produção). Escola de engenharia São Carlos da Universidade de São Paulo. São Paulo.

COLBY, M. **Environmental management in development: the evolution of paradigms.** World Bank discussion paper 80. Washington: World Bank, 1991. p. 193-213.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de Graduação e Pós Graduação.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DANIELE, Pedrita D.; TREINTA, Fernanda T.; FARIAS FILHO, José R.; SOUZA, Maurício C. de; TSCHAFFON, Pâmela B.; BRANTES, Sonia R. Sustentabilidade e vantagem competitiva estratégica: um Estudo exploratório e bibliométrico. **Revista Produção On Line**, v.12, n. 3, p. 729-755, jul./set. 2012.

DARIOT, D. A teoria organizacional e o tratamento econômico da gestão ambiental: In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO-ENANPAD, XXX, 2006, Salvador-BA. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006, 1 CD ROM.

DARNALL, N.; HENRIQUES, I.; SADORSKY, P. Do environmental management systems improve business performance in an international setting? **Journal of International Management**, v. 14. p-364-376, 2008.

DUTRA, C. J. C. Teorias organizacionais e o dilema ambiental: um tratamento para a mudança organizacional? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL De PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO-ENANPAD, XXIX, 2005, Brasília-DF. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005, 1 CD ROM.

EGRI, C.; PINFIELD, L. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S.; HARD, C.; NORD, W. (Org.) **Handbook de estudos organizacionais.** v. 1, São Paulo: Atlas, 1998, p. 363-399.

FREEMAN, R. E. **Strategic Management: a stakeholder approach.** Boston: Pitmann, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBASE-INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA. **Trajetória cidadã: Betinho e a luta.** Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=40>>. Acesso em: 4 de Maio de 2011.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de responsabilidade social.** 2011. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx>. Acesso em 4 de julho de 2001.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KREITLON, M. P. Responsabilidade Social das Empresas: Regulação pelo Estado ou pela Sociedade Civil? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL

DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO-ENANPAD, XXIX, 2005, Brasília-DF. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005, 1 CD ROM.

LOURENÇO, A. G.; SCHRODER, D. S. **Vale investir em responsabilidade social empresarial?** Instituto Ethos. Responsabilidade Social Empresarial, 2003.

Disponível em:

http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/premio_ethos_valor/lista_final.shtml>. Acesso em: 22.1.2012.

MACEDO, M. A. S.; CÍPOLA, F. C. Análise do desempenho socioambiental no setor siderúrgico brasileiro. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 7, p. 60-77, set-dez, 2009.

MACEDO, M. A. S. et al. Desempenho de empresas socialmente responsáveis: uma análise por índices contábil-financeiros. **Revista Produção Online**, Edição especial/dez. de 2007.

MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R. Responsabilidade social impacta o desempenho financeiro das empresas. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 9, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos92009/148.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

MAOM, F.; LINDGREE, A; SWAEN, V. Organizational stages and cultural phases: a critical review and a consolidative model of corporate social responsibility development. **International Journal of Management Review**, v.12, p. 20-38, March 2010.

MELO NETO, F.P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MONEY, A; BABIN, B.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão ambiental e a sustentabilidade**. Rio Grande do Sul: UAB, 2008.

ORLITZKY, M.; SCHMIDT, F. L.; RYNES, S. L. Corporate social and financial performance: a meta-analysis. **Organization Studies**, v.24, n.3, p.403-441, 2003.

PENA, R.P.M. Responsabilidade social da empresa e business ethics: uma relação necessária? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO-ENANPAD, XXVII, 2003, Atibaia-SP. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003, 1 CD ROM.

PETROBRAS – PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. **Relatório de sustentabilidade 2009**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/rs2009/pt/relatorio-de-sustentabilidade/balanco-social-segundo-modelo-ibase/>>. Acesso em: 1 de Maio de 2011.

REVISTA EXAME. **Melhores & maiores**. Editora Abril. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/>>. Acesso em: 2 de Maio de 2011.

ROMAN, R. M. et al. The relationship between social and financial performance. **Business and Society**, Chicago, v.38, n.1, p. 109, mar. 1999.

SIQUEIRA, J. R.M. et al. Desempenho Social e Ambiental do Setor Elétrico Brasileiro: uma avaliação apoiada em Análise Envoltória de Dados (DEA). **Pensar Contábil**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 45, p. 14 - 23, jul./set. 2009.

TACHIZAWA, T. Sustentabilidade e responsabilidade social: proposta de modelo de diagnóstico socioambiental baseada em pesquisa empírica. **Revista Produção On Line**, v.9, n. 4, 2009.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TORRES, C.; MANSUR, C. **Balço social, dez anos**: o desafio da transparência. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

UNB; PUCMINAS/IDHS; PNUD. **Sustentabilidade ambiental**: objetivo 7: garantir a sustentabilidade ambiental. Belo Horizonte: PUC Minas/IDHS, 2004.

VARELA, P. S.; COSTA, R. R.; DOLABELLA, M. M. Balço social: demonstrativo da função social da empresa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n.2, p. 28-35, set. 1999.



Artigo recebido em 19/07/2011 e aceito para publicação em 27/09/2012.